

O Fundeb: desafios de construção de equidade

Andréa Barbosa Gouveia – ANPED

Dois objetivos e dois desafios para equidade

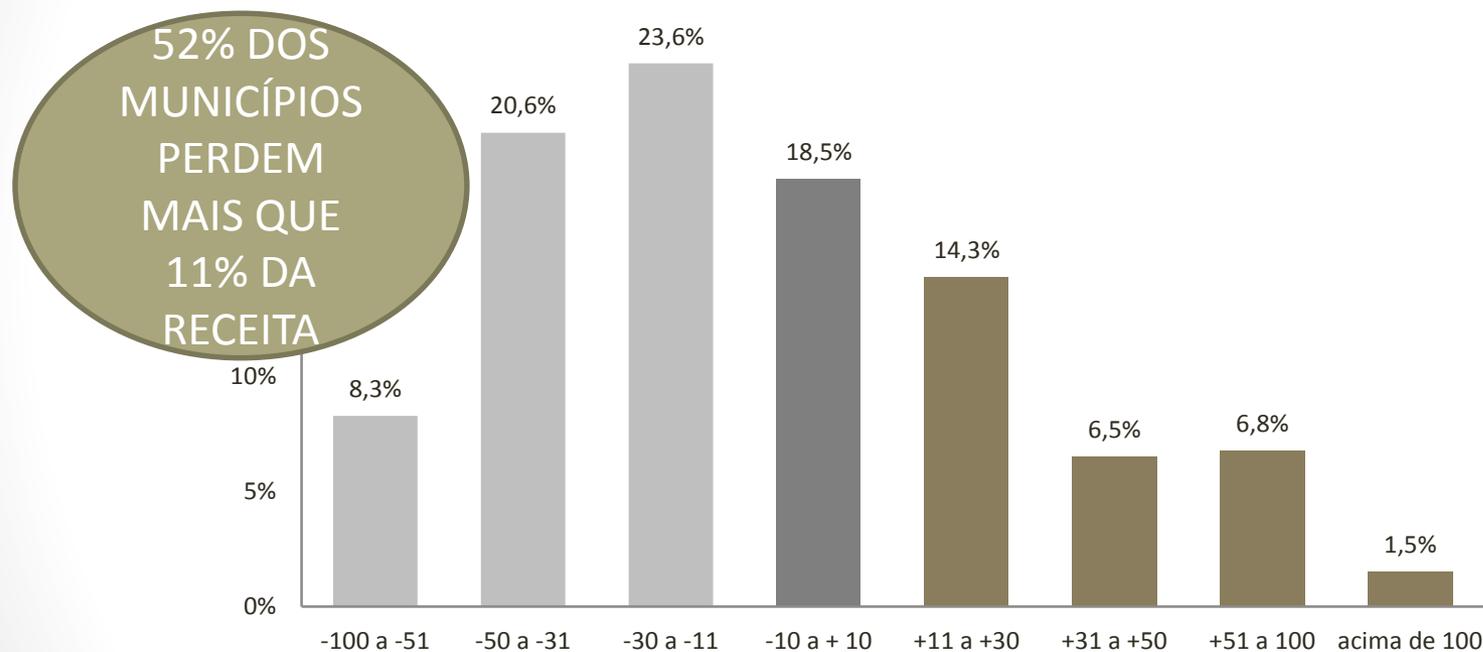
- **Objetivos do FUNDEB**
- **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à **manutenção e desenvolvimento da educação básica** e à **remuneração condigna dos trabalhadores da educação...**
- **Passagem do FUNDEF para o FUNDEB – afirmação do sentido da educação básica.**

Desafios:

- ✓ Perspectiva de uma política permanente.
- ✓ Perspectiva de universalização do direito à educação básica.

Condições de **manutenção e desenvolvimento** da educação básica: desigualdades intraregionais

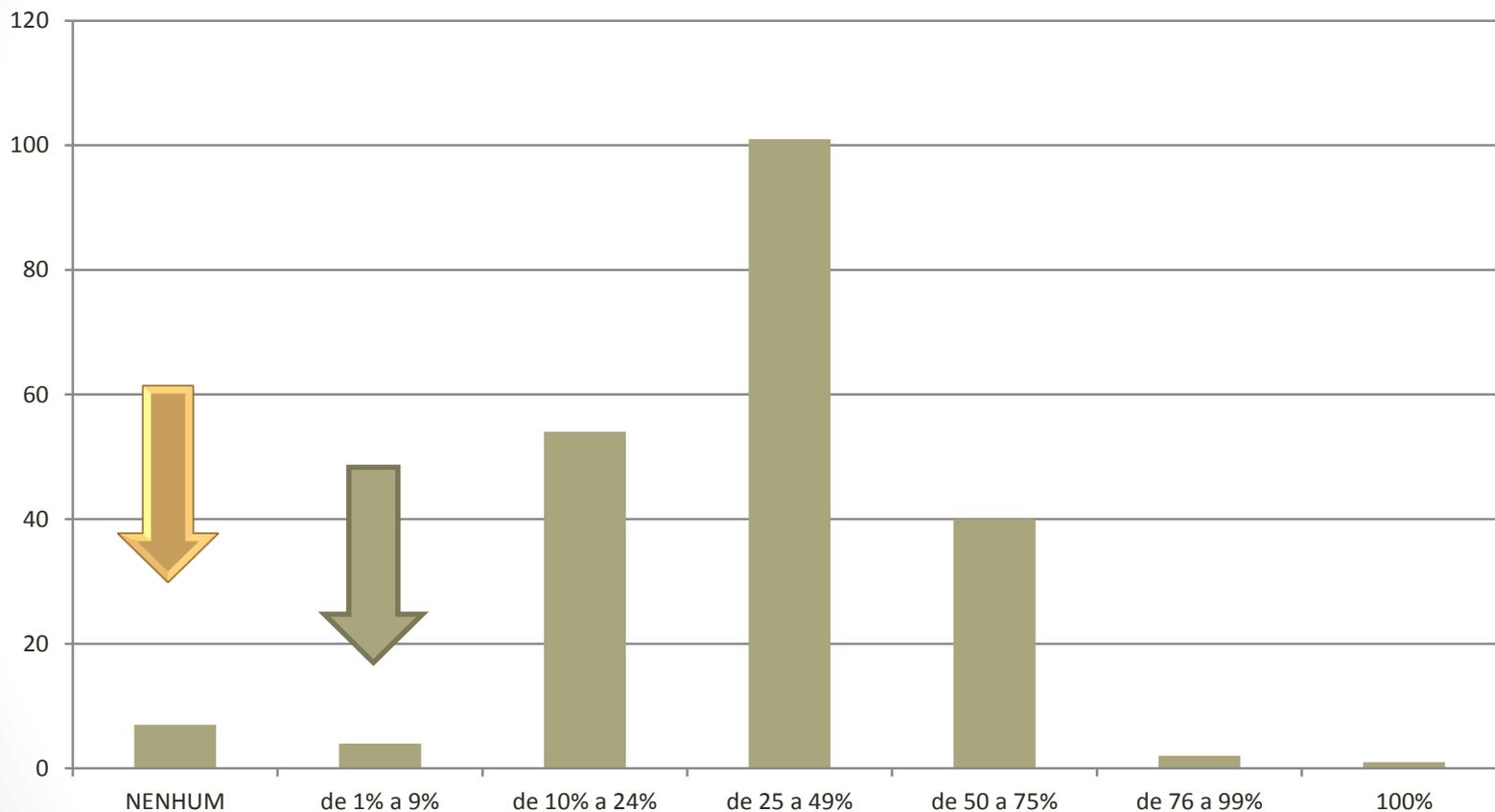
PERCENTUAL MÉDIO DO RESULTADO LÍQUIDO DO FUNDEB NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, NOS ANOS DE 2007 A 2014.



- FONTE: FINBRA e SIOPE – POLENA (2017).

Efeito de equidade nas condições de universalização da educação básica: ainda desigualdades intraregionais

Percentual de **atendimento em creche nos municípios do Paraná que perdem** recursos para o FUNDEB (2014)



Fonte: POLENA (2017)

Desafio

- A política de fundos tem como referência o estudante matriculado.
- O desafio da universalização tem que enfrentar as necessidades de expansão do sistema previstas no PNE 2014-2024.
- Incorporar o sujeito que não está no sistema educacional:
 - ✓ *taxa de cobertura*
 - ✓ *Indicadores de fragilidade educacional.*

A questão da valorização dos professores

- Professores tem historicamente no Brasil **condições desiguais** de trabalho, carreira e remuneração.

Professores por tipo de empregador – Paraná 2014

Empregador	Remuneração mensal média	Salário base contratual média	Tempo de serviço médio (em anos)	Média de horas semanais
Federal	9.527	4.672	11	39
Estadual	3.482	1.827	8	28
Municipal	2.299	2.084	11	23
Privado	1.650	1.479	4	25

FONTE: MTE – RAIS

Remuneração média – Professores Educação Infantil – 2015 (RAIS/MTE)

Jornada

PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NA EDUCACAO INFANTIL

	Poder Executivo Federal	Poder Executivo Estadual/DF	Poder Executivo Municipal	Sociedade QT Ltda	Organização Religiosa	Organização Social (OS)	Total
Total	771,68	6.680,66	2.869,52	1.594,54	2.378,08	2.029,11	1.783,34
Até 12 horas	1.145,14	-	1.639,12	996,85	2.487,64	-	1.064,79
13 a 15 horas	-	-	1.586,11	1.392,11	2.477,49	-	1.462,28
16 a 20 horas	-	-	2.804,44	1.359,04	2.294,24	1.300,38	1.576,09
21 a 30 horas	-	-	2.840,49	1.689,51	2.443,88	1.544,22	1.911,08
31 a 40 horas	-	6.680,66	3.053,56	1.939,31	2.241,12	2.457,04	2.326,95
41 a 44 horas	725,00	-	2.764,17	1.652,02	1.673,13	2.130,43	1.718,65

PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL

	Poder Executivo Federal	Poder Executivo Estadual/DF	Poder Executivo Municipal	Sociedade QT Ltda	Organização Religiosa	Organização Social (OS)	Total
Total	1.355,09	4.057,74	2.756,77	1.267,48	1.305,49	1.409,83	1.612,01
Até 12 horas	-	-	1.270,54	1.001,19	1.053,36	-	1.004,28
13 a 15 horas	-	-	2.709,45	1.321,39	1.843,43	-	1.516,76
16 a 20 horas	1.570,47	-	4.298,08	1.254,09	1.138,16	1.554,79	2.079,34
21 a 30 horas	1.082,21	-	3.041,61	1.323,45	1.493,63	925,22	1.988,69
31 a 40 horas	2.665,81	5.461,59	2.453,82	1.410,90	1.230,67	-	1.926,31
41 a 44 horas	1.113,79	1.250,05	1.838,72	1.239,41	1.212,07	1.412,61	1.288,34

Desafios

- Valorização docente é um elemento determinante na gestão dos sistemas de ensino.
- Valorização docente se articula com qualidade de ensino e com a qualidade de vida do trabalhador.
- Desigualdades de condições de remuneração são
 - regionais,
 - de dependência administrativa
 - etapa de atuação (professores de educação infantil recorrentemente tem remunerações médias menores)
- As formas privatizantes de ampliação do acesso (compra de vagas, conveniamento) tem contribuído para o rebaixamento das condições de valorização dos professores.
- **A fixação de 60% da aplicação do FUNDEB em remuneração de professores é insuficiente.**

Desafio sintetizado no documento final da CONAE 2014 – Documento Final

- Redefinir o modelo de financiamento da educação, **considerando a participação adequada dos diferentes níveis de governo** (federal, estaduais, distrital e municipais) conforme sua **capacidade arrecadatória**, **priorizando os entes federados com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional**, tendo como critérios indicadores o IDH, altas taxas de pobreza, **índice de fragilidade educacional**, dentre outros. Deve haver uma contribuição maior da União e dos estados para os municípios de acordo com sua arrecadação, bem como a complementação dos recursos daqueles que não atingiram a arrecadação suficiente para suas despesas, **tomando como parâmetro o CAQ**.
- ✓ Considerar no debate quem não está na escola.
- ✓ Considerar que a capacidade de arrecadação tem marcas do desenvolvimento desigual.

Até onde FUNDEF e
FUNDEB nos levaram?

FUNDEB diminuição das desigualdades regionais no financiamento do ensino fundamental

Estado	valores nominais			valores reais		
	2007	2016	Cresc.	2007	2016	Cresc.
AL/ BA/ CE/MA PA/ PB/ PE/ PI	946,29			1.689,60		
AM	976,93	2.739,87	189,54	1.744,31	2.739,87	62,16
PR	1.272,83	3.171,98	149,21	2.272,64	3.171,98	39,57
RO	1.351,87	3.289,48	143,33	2.413,76	3.289,48	36,28
SC	1.390,77	3.304,97	137,64	2.483,22	3.304,97	33,09
RS	1.574,75	3.578,28	127,23	2.811,72	3.578,28	27,26
SP	1.845,75	3.597,37	94,90	3.295,59	3.597,37	9,16
RR	2.242,56	4.744,08	111,55	4.004,09	4.744,08	18,48
Dispersão	2,37	1,73		2,37	1,73	

FATORES DE PONDERAÇÃO – FUNDEB 2007 A 2017

Etapa/modalidade	2007	2017	Cresc.
Creche conveniada em tempo integral	0,8	1,1	37,50
Creche conveniada em tempo parcial	0,8	0,8	-
Creche pública em tempo integral	0,8	1,3	62,50
Creche pública em tempo parcial	0,8	1	25,00
Educação especial	1,2	1,2	-
Educação indígena e quilombola	1,2	1,2	-
EJA com avaliação no processo	0,7	0,8	14,29
EJA integrada a educação profissional de nível médio, com avaliação no processo.	0,7	1,2	71,43
Ensino fundamental - anos finais no campo	1,15	1,2	4,35
Ensino fundamental - anos iniciais no campo	1,05	1,15	9,52
Ensino fundamental - anos iniciais urbano	1	1	-
Ensino fundamental - anos finais urbano	1,1	1,1	-
Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,3	4,00
Ensino médio em tempo integral	1,3	1,3	-
Ensino médio integrado à educação profissional	1,3	1,3	-
Ensino médio no campo	1,25	1,3	4,00
Ensino médio urbano	1,2	1,25	4,17
Pré escola em tempo integral	0,9	1,3	44,44
Pré escola em tempo parcial	0,9	1	11,11
Média	1,02	1,15	
Desvio padrão	0,21	0,16	

Quanta custa
efetivamente educação
de qualidade?

Considerações

- Fatores de ponderação evidenciam a complexidade dos custos da Educação Básica, porém os valores praticados não atendem à esta complexidade.
- Fatores de ponderação seguem limitando os recursos para educação aos recursos existentes e não permitem o debate dos recursos necessários.
- Alternativa prevista no PNE (2014) - o Custo aluno qualidade como critério de redistribuição para passarmos dos recursos disponíveis para os recursos necessários.
- A ação dos Conselhos precisa superar um **acompanhamento formal dos registros contábeis** para o **acompanhamento substantivo do uso de todos os recursos vinculados**.
- A articulação do CACS FUNDEB com o planejamento da política educacional e do orçamento público para educação é essencial.
- As Conferências de Educação e os Planos decenais são essenciais para garantir a articulação, planejamento e avaliação da política educacional.

Obrigada!

Contato andreabg@ufpr.br